



Acesso e Funcionamento dos Cuidados de Saúde Primários no Centro de Saúde de Torres Vedras

Reunião entre a direção do Centro de Saúde e a Comissão Permanente de Saúde da AM Torres Vedras, em 26 de junho p.p. das 16h às 20h, nos Paços do Concelho

Presentes pelo Centro de Saúde:

- Diretor Executivo: António Martins
- Diretor Clínico: Joaquim Moura
- Gabinete do Cidadão: Gisela Wilson

Presentes pela Comissão:

- José A. C carvalho
- Rui Prudêncio
- Susana Neves
- Luís C. Lopes (em substituição)
- Teresa Oliveira
- Pedro Castelo
- João Rodrigues e
- Sérgio Jacinto.

Introdução

Deve afirmar-se que a ligeireza e normalidade com que a direção do Centro de Saúde confrontou a Comissão na explicação daquilo que nunca deveria ser considerado normal (incapacidade de acesso aos cuidados de saúde primários) foram reveladoras do desconhecimento de grande parte da população torriense que não dispõe das “ferramentas” para aceder aos cuidados de saúde primários, indicadas pela direção do Centro de Saúde.

Os telefones não são atendidos! Não faz mal, usem o *email*!

Os *emails* não têm resposta! Não faz mal, usem novamente o *email*, escrevam uma carta ou solicitem o “livro amarelo” para reclamar!

A consulta é marcada, mas é de imediato desmarcada pelos meios eletrónicos! Não faz mal porque alguém vai entrar em contacto quando houver vaga ou agenda!

Entretanto, a consulta não é marcada e o doente vai à urgência do CHO com todos os riscos de contágio que conhecemos.

Esta metodologia é reveladora de falta de liderança perante um modelo que se encontra em manifesta autogestão.

“Perdemos toda a capacidade de conhecer, comandar e conduzir quando perdemos o respeito por nós próprios”, parafraseando Nietzsche.



Descrição dos Principais Assuntos Debatidos

Ao iniciar a reunião, o presidente da Comissão aludiu à necessidade de esclarecer a dificuldade/impossibilidade de contacto com o Centro de Saúde, especialmente, para a marcação de consultas.

Referiu que a Ministra da Saúde, no início de junho, declarou, numa conferência de imprensa, que *"estamos a regressar à normalidade em termos de atendimentos"*, exceção feita à AML (Área Metropolitana de Lisboa).

O presidente da Comissão mais declarou que, desde abril, tem tido acesso, em instituições privadas de saúde, a exames e consultas médicas, não percebendo esta discriminação até porque o número de doentes COVID, no concelho de Torres Vedras, não tem sido elevado, acrescentando que aqui também existe a resposta hospitalar COVID, quer em termos de urgência quer de internamento.

O diretor executivo, ao iniciar a sua intervenção disse que *"tiveram de se preparar para o pior"* e isso implicou a mobilização de muitos profissionais. Acrescentou que em Torres Vedras foi aberta uma ADC (Área Dedicada à COVID) que abriu com dois médicos de manhã e outros dois da parte da tarde. Neste momento essa ADC, funciona das 14h às 20h só com um médico. Prevê-se que na próxima semana voltem a estar de serviço dois médicos devido ao aumento da procura nos últimos dias.

Em resposta a uma questão colocada o diretor executivo respondeu que nunca houve falta de EPI (equipamentos de proteção individual).

Mais referiu que, ultimamente, o Centro de Saúde passou a atender os utentes com senhas azuis e verdes da triagem do Hospital e sem sintomas de COVID-19, o que aumentou o volume de trabalho.

Da parte da Comissão temos presente que o efetivo de pessoal médico e de enfermagem se manteve sem assinaláveis diferenças, por comparação com o existente anteriormente ao início da Pandemia. Se nos referirmos exclusivamente às USF ARANDIS e GAMA, o número de médicos e enfermeiros tem-se mantido inalterado – globalmente 18 médicos e 18 enfermeiros.

Ainda o diretor executivo fez referência à faculdade que qualquer utente dispõe: reclamar pela via certa – livro amarelo ou gabinete do cidadão.

O presidente da Comissão manifestou de imediato a sua discordância com o que acabara de ouvir e disse *"a nossa democracia/cidadania não tem suficiente maturidade para que não possa haver ricochete com consequências (negativas) para o utente"*.

Foi ainda referido pelos responsáveis do Centro de Saúde que as consultas presenciais materno-infantis (até aos 2 anos) nunca foram interrompidas e que em junho esse atendimento foi alargado às crianças de 5 e 10 anos por serem as idades com consulta prevista no plano nacional de saúde.

O diretor clínico declarou que *"muitas consultas podem e devem continuar a ser feitas por telefone"*. Igualmente recomendou uma especial atenção aos doentes renais, diabéticos e hipertensos.



Nesta fase da reunião ficou para a Comissão claro que este era o procedimento que o Dr. Joaquim Moura adotava para com os seus doentes, mas o pessoal das UFS dispõe de "*autonomia técnica e organizativa*"... consagrada na lei!

Neste período de crise que temos vivido, a Comissão não entende que a legislação não tivesse sido alterada por forma a haver um comando, uma hierarquia inequívoca e firme relativamente aos profissionais de saúde.

Pandemia é sinónimo de guerra e talvez tenha faltado perguntar aos militares como é que as Forças Armadas se organizam e funcionam em tempo de guerra.

Sobre a marcação de consultas para utentes com médico de família, foi-nos explicado que a partir do início de junho a metodologia adotada - terá sido? - é a seguinte:

- 1º - O utente faz o pedido,
- 2º - O médico contacta o utente,
- 3º - A consulta é telefónica e se se justificar passará a presencial com marcação no momento ou posterior comunicação ao utente.

Foi ainda referido que se mantém a possibilidade de agendamento de consultas através da plataforma *online* mas que essas são automaticamente desmarcadas e entram no circuito acima descrito.

Entretanto a Comissão recorda que estamos no final de junho e há pedidos do início do mês sem que os utentes tenham sequer sido contactados.

Tratando-se de utentes sem médico de família foi referido pelos representantes do Centro de Saúde que os utentes passaram a ser atendidos nos pólos de residência. Esse atendimento é por ordem cronológica de inscrição e não há teleconsulta.

Foram aludidas as consultas de adulto com doença crónica em estado agudo, a distribuição de métodos contraceptivos, o rastreio do colo do útero, e as consultas de planeamento familiar e de higiene oral.

Ainda sobre a "*autonomia técnica e organizativa das USF*" a Comissão ficou estupefacta com o encerramento do telefone na USF ARANDIS à 6ª feira das 14h às 16h para reunião de coordenação. Tenta-se telefonar e uma resposta gravada diz-nos: "*serviços encerrados*". Não lembraria ao diabo que em tempos de crise sanitária, em horas normais, um serviço de saúde de cuidados primários não tenha sequer o telefone a funcionar – pelo menos – por um "*assistente técnico*" ou "*assistente operacional*"! Típico de quem está em autogestão!

Os representantes do Centro de Saúde manifestaram ser um grande constrangimento ao funcionamento dos serviços de saúde aí instalados, a insuficiência de espaço físico.

A Comissão ficou surpresa pois supunha que estivesse prestes a ser disponibilizado o edifício da antiga Coordenação da Área Educativa do Oeste, sobranceiro ao Campo de Ténis, e onde ainda funcionam serviços do Ministério da Agricultura.



Não seria mais ajustado que esses serviços do Ministério da Agricultura funcionassem numa freguesia rural no nosso concelho?

A Comissão perguntou se havia conhecimento do número atual de utentes sem resposta a pedidos de consultas e/ou consultas adiadas; se há alguma linha de atendimento de doentes prioritários (diabéticos, hipertensos, asmáticos, etc); e no referente a doentes COVID se é possível saber, quantos por semana, do nosso concelho, são encaminhados ao centro de Saúde pela Linha SNS 24? A resposta a todas estas respostas foi negativa.

Foi também perguntado quem suporta os custos dos testes COVID quando prescritos pelo SNS. A resposta dada foi de que é o Estado a suportar.

É também de registar que não ficou perceptível que exista um levantamento real dos doentes crónicos em contexto de isolamento social e sem resposta familiar.

Embora os responsáveis do Centro de Saúde nos tenham solicitado uma listagem tão exaustiva quanto possível das questões a esclarecer, as respetivas intervenções não satisfizeram o fim em vista. Falou-se com ligeireza e normalidade. Porém os ventos não sopram nesse sentido nem é essa a realidade.

A saúde e, em especial, os cuidados de saúde primários, em Torres Vedras, são um problema comum. As USF têm sido as *"meninas dos olhos"* dos torrienses. Não deem cabo delas!

Um grande estadista europeu do pós-guerra, uma vez questionado sobre as diferentes atitudes das pessoas relativamente a um mesmo problema, referiu: *"Vivemos todos sob o mesmo céu, mas nem todos temos os mesmos horizontes"*. Sobre a saúde dos Portugueses uns importam-se mais do que outros, havendo quem não se importe nada como se não vivesse também debaixo do nosso céu.

Em Torres Vedras só pode haver um céu, com horizontes partilhados por todos.

Torres Vedras, 26 de junho de 2020

A Comissão Permanente de Saúde

Anexo: Email enviado ao Centro de Saúde